

República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania

Coordenação-Geral de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria Executiva

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Departamento de Educação Ambiental

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Formando
COM-VIDA

Comissão de Meio Ambiente e
Qualidade de Vida na Escola

Construindo
Agenda 21 na Escola

3ª. edição, revista e ampliada

Brasília, 2012

Equipe responsável pela elaboração e produção editorial:

Texto e Edição

Rachel Trajber, Neusa Barbosa, Soraia Mello, Tereza Moreira,
Maria Thereza Teixeira, Fábio Deboni.

Projeto Gráfico Original

Luiz Daré

Colaboradores

Luiz Ferraro, Mariana Mascarenhas, Marcos Sorrentino, Daisy
Elizabete de Vasconcelos Cordeiro, Michelle Silva Milhomem,
Sérgio Bueno da Fonseca e equipe do Programa Agenda 21/
MMA.

Tiragem: 220 mil exemplares

Ministério da Educação

Coordenação-Geral de Educação Ambiental
Esplanada dos Ministérios
Bloco L - Ed. Anexo I sala 419
CEP: 70.047-900 - Brasília / DF
Tel: (61) 2022-9192
ea@mec.gov.br
www.mec.gov.br/secadi

B823

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola :

construindo Agenda 21 na escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente.

- 3. ed., rev. e ampl. – Brasília : MEC, Coordenação-Geral de

Educação Ambiental, 2012.

XX p. : il. ; 205 x 275mm.

ISBN 978-85-7994-071-2

1. Educação ambiental. 2. Comissão de Meio Ambiente
e Qualidade de Vida na Escola. 3. Agenda 21 na escola. I.

Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização

Diversidade e Inclusão. II. Brasil. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. III. Título.

CDD 304.2

CDU 37:504

Sumário

Introdução	7
Parte I - COM-VIDA	
Uma comissão comprometida com a escola e a comunidade	11
O que é a COM-VIDA?	13
Para que a COM-VIDA?	15
Por que a COM-VIDA?	16
Quem participa da COM-VIDA?	17
Como formar a COM-VIDA na escola?	17
Parte II - Construindo a Agenda 21 na Escola	
Para compreender a Agenda 21	21
Agenda 21 Brasileira	21
Agenda 21 Local	21
Agenda 21 na Escola	22
Oficina de Futuro: construindo projetos coletivos	22
Etapas da Oficina de Futuro	23
Árvore dos Sonhos	23
As Pedras no Caminho	24
Jornal Mural: viagem ao passado e ao presente	25
COM-VIDA para a ação	26
Que tal monitorar e avaliar?	27
Amizades e parcerias	28
Bibliografia	31
Parte III – Anexos	
Acordo de Convivência da COM-VIDA	35
Principais organizações da escola	37
Leis e diretrizes que reforçam a existência da COM-VIDA	38
Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global	39
Carta da Terra	44
Carta das Responsabilidades 'Vamos Cuidar do Brasil' - Deliberações da II e III Conferência Infantojuvenil	51
Plataforma das ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira	53
Para abrir novas janelas	54

“Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então, eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida.”

Hebert de Souza, o Betinho

Introdução

Esta publicação convida para a mobilização da comunidade escolar. Suas páginas apresentam uma proposta dos passos para se criar a COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

A primeira proposta de se criar COM-VIDA vem das deliberações da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, em 2003, quando os estudantes envolvidos propuseram a criação de “conselhos jovens de meio ambiente” nas escolas do país.

Desde então, foi idealizado o Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, que envolveu as 16 mil escolas que participaram do processo da I Conferência, em centenas de seminários de formação de professores em Educação Ambiental. Nesses seminários participaram também 21 mil estudantes, delegados e delegadas eleitos em todas as escolas, que foram mobilizados pelos Coletivos Jovens de Meio Ambiente em todos os Estados do país para liderarem a estruturação da COM-VIDA, um espaço permanente e dinâmico para “Cuidar do Brasil”.

Coletivo Jovem (CJ)

Grupos informais de jovens e organizações juvenis, existentes em todos os estados brasileiros, no Distrito Federal e em diversos municípios, que se mobilizam em torno das questões socioambientais. O CJ teve uma atuação fundamental no processo das três primeiras versões da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, atuando a partir dos princípios orientadores adotados desde o início do movimento - jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra. A formação de COM-VIDAS é baseada nesses princípios e sua força mostra que muitas vezes, especialmente para termos uma relação mais saudável e de respeito com o meio ambiente, as gerações mais velhas podem aprender muito com as mais jovens.

Para apoiar o fortalecimento da COM-VIDA, trabalhamos com *Agenda 21 na Escola* - é isso mesmo, na escola como um espaço de educação permanente, bem junto e integrado com a comunidade escolar - contando com a ajuda de uma metodologia divertida para a construção de projetos coletivos, chamada *Oficina de Futuro*. A **Agenda 21** é um importante instrumento para ampliar as ações da Com-Vida, pois ela possibilita o diálogo com a comunidade da rua, do bairro, da quadra, do município e nos faz perceber que comunidades sustentáveis só acontecem por meio de parcerias. Isso fica ainda mais fácil se seu município tiver a Agenda 21 Local funcionando (pesquise no sítio www.mma.gov.br/agenda21).

Com o processo de organização das conferências infanto-juvenis e outras ações que possibilitem o pleno exercício da cidadania socioambiental na escola, a COM-VIDA vai continuar aprendendo e crescendo. Após cada

conferência, as COM-VIDAS ganham outras bases para sua atuação, como a *Carta das Responsabilidades 'Vamos Cuidar do Brasil'*, que traz ainda mais caminhos e ideias para as novas ações de cada COM-VIDA e de cada



Veja documento
em anexo na
página 51.

Comunidade sustentável

Em uma comunidade sustentável as pessoas cuidam das relações que estabelecem com os outros, com a natureza e com os lugares onde vivem. Essa comunidade aprende, pensa e age para construir o seu presente e seu futuro com criatividade, liberdade e respeito às diferenças. Entende-se que cada comunidade deve construir seus próprios passos em direção à sustentabilidade.

Agenda 21

É uma agenda de compromissos e ações sustentáveis para o Século XXI. Ela foi assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92. Na Agenda 21 estão definidos os compromissos que 179 países assumiram de construir um novo modelo de desenvolvimento que resulte em melhor qualidade de vida para a humanidade e que seja econômica, social e ambientalmente sustentável.

*Desde 2002, o nosso país tem a Agenda 21 Brasileira, feita com a participação de cerca de 40 mil pessoas. A Agenda 21 tem como referência a *Carta da Terra*, um documento internacional que trata de como cuidar do nosso Planeta.*



Veja documento
em anexo na
página 44.

Agenda 21 na Escola. E assim vamos construindo novos projetos, como diz o poeta Caetano Veloso “que o novo dê lugar ao mais novo”, é claro que sem perder a memória e a história.

Agora apresentamos uma nova versão da COM-VIDA, ainda na Década da Educação para o **Desenvolvimento Sustentável** (2005-2014), uma iniciativa da ONU para o mundo inteiro, com a qual compartilhamos a percepção de que a educação ambiental trabalha com mudanças de valores e de atitudes para a construção de sociedades sustentáveis, justas, equitativas e felizes.

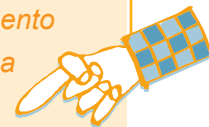
Por essa razão os projetos da COM-VIDA integram o meio ambiente, nossas cidades e campos; as florestas, os animais, a água, o ar e a terra; como também a nossa vida, nosso corpo e as relações que temos com outras pessoas e outras culturas.

Para saber mais: www.unesco.org.br e www.deds.cjb.net

Desenvolvimento sustentável

*Em 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu desenvolvimento sustentável como “a capacidade de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades”. Essa famosa definição é bastante contraditória, pois desenvolvimento, entendido como crescimento econômico com produção e consumo desenfreados, esgota a capacidade da Terra e torna a vida insustentável. Vários documentos, como o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* e a Carta da Terra dizem que precisamos da Terra, da sociedade e da vida humana sustentáveis.*

*Veja documento
em anexo na
página 39.*





Parte I

COM-VIDA

Uma comissão comprometida
com a escola e a comunidade



O que é a COM-VIDA?

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COM-VIDA - é uma nova forma de organização na escola, que junta a ideia dos jovens da I Conferência de criar “conselhos de meio ambiente nas escolas”, com os **Círculos de Aprendizagem e Cultura**. Estudantes são os principais articuladores da COM-VIDA, podendo ser:

- O delegado ou delegada eleitos na Conferência de Meio Ambiente na escola;
- Grupos de estudantes que já realizam ações na área;
- Grêmio estudantil preocupado com o tema.

Pensando bem, COM-VIDAS podem ser criadas também em outros espaços e juntando gente de empresas, organizações da comunidade, Associações (de bairro, de moradores), em Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas, Comitês de Bacias Hidrográficas.

Círculos de Aprendizagem e Cultura

Um grande educador brasileiro, Paulo Freire, propôs a criação dos Círculos de Aprendizagem e Cultura em cada quarteirão, em cada comunidade do nosso país. Para ele, esse “é um lugar onde todos têm a palavra, onde todos leem e escrevem o mundo. É um espaço de trabalho, pesquisa, exposição de práticas, dinâmicas, vivências que possibilitam a construção coletiva do conhecimento”.

A COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola é um tipo de Círculo de Aprendizagem e Cultura, pois segue essa ideia.

Há outras formas de COM-VIDA – essas são as Comunidades de Aprendizagem para Qualidade Ambiental e de Vida e aparecem como resultado do trabalho de educadores ambientais populares. Esse faz parte de um esforço para que a Educação Ambiental encontre os corações e mentes das pessoas, em todos os lugares, além da escola.

O mais importante é que a ideia da COM-VIDA seja implementada por gente interessada pelos temas ligados à melhoria da qualidade de vida e na transformação da escola em um espaço educador sustentável, a partir do meio ambiente conservado e recuperado e das relações sociais que se estabelecem entre a escola e a comunidade.

A COM-VIDA chega para colaborar e somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a **Educação Ambiental** para todas as disciplinas e projetos da escola. Ela pode também fazer parcerias com outras organizações da comunidade, como os processos de Agendas 21 Locais, as associações (de bairro, de moradores), as organizações não-governamentais (ONGs), a prefeitura, as empresas, e muitas outras. Este é, acima de tudo, um espaço educador na medida em que possibilita a aprendizagem entre a escola e a comunidade.

Educação Ambiental

É uma maneira de educar e se educar com o nosso pequeno planeta azul em mente.

A Educação Ambiental pode ser realmente transformadora ao trazer novas maneiras de conviver com o mundo em sua totalidade e complexidade, respeitando as diversas formas de vida, cultivando novos valores e criando uma cultura de paz.

Mas para que isso aconteça, precisamos ter uma postura observadora e crítica, estudar como a nossa sociedade foi se constituindo ao longo da sua história e adotando comportamentos de uso e abuso dos sistemas vivos.

Espaço Educador Sustentável

É um espaço onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço cuida e educa para a sustentabilidade de forma deliberada e intencional, mantendo coerência entre o discurso, os conteúdos, as práticas e as posturas. Além disso, assume a responsabilidade pelos impactos que gera e busca compensá-los com tecnologias apropriadas.

Ele nos ajuda a aprender, a pensar e a agir para construir o presente e o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito às diferenças, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Educa por si mesmo e torna-se referência de sustentabilidade para toda a comunidade.

A escola sustentável que têm essas características estabelece relação entre o currículo, a gestão e o espaço físico.

Para que a COM-VIDA?

O principal papel da COM-VIDA é realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, e contribuir assim para um dia a dia participativo, democrático, inclusivo, animado e saudável.

Os grandes objetivos da COM-VIDA na escola são:

- Contribuir para que a escola se torne um espaço educador sustentável, acessível, acolhedor, agradável, democrático e saudável, motivador, que estimule a inovação, a aprendizagem e reflita o cuidado com o ambiente e com as pessoas;
- Desenvolver e acompanhar a Educação Ambiental na escola de forma permanente;
- Ajudar a cuidar do Brasil, assumindo como orientação as Cartas das Responsabilidades (ver anexo);
- Fazer a Agenda 21 na Escola.

Mas a COM-VIDA pode ter muitos outros objetivos, como:

- Participar da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Realizar as Conferências de Meio Ambiente na Escola;
- Promover intercâmbios com outras COM-VIDAS e com as Agendas 21 locais;
- Observar, pesquisar, conservar e ajudar a recuperar o meio ambiente;

Além desses objetivos que são comuns para todas as COM-VIDAS, cada escola vai debater e definir outros objetivos e responsabilidades da sua comissão.

Assim, cada COM-VIDA vai envolver a comunidade escolar para pensar nas soluções para os problemas atuais e na construção de um futuro desejado por todos.

Por que a Com-Vida?

Como sabemos, a proposta das COM-VIDAS surgiu ligada ao processo das **Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente**, que em sua primeira edição produziu a Carta “Jovens Cuidando do Brasil”, que pedia a criação de espaços de participação em defesa do meio ambiente nas escolas. A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM-VIDA é uma resposta a esse pedido.

Muitas COM-VIDAS ajudaram suas escolas nas organizações das Conferências de Meio Ambiente. A COM-VIDA é tão importante que nas Cartas das Responsabilidades, os jovens reforçam:

“Para cuidarmos do Brasil precisamos de sua colaboração. Estamos fortalecendo as ações estudantis e nos unindo nas COM-VIDAS – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente e em tantos outros grupos”.

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

A Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) faz parte de uma estratégia pedagógica de educação difusa para adensar conteúdos e trazer para a escola a dimensão política da questão ambiental. Caracterizada pela mobilização e engajamento dos adolescentes e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos, tendo como locus as escolas que possuem pelo menos uma das séries ou um dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série/6º ao 9º ano).

A CNIJMA tem vários momentos de encontros, diálogos e aprendizagem. O mais importante ocorre com as conferências nas escolas, onde está toda a riqueza da diversidade e da participação. Além disso, há um processo estadual e culmina com o evento nacional com a participação das delegações de todos os estados e do Distrito Federal.

Para saber mais: conferenciainfanto.mec.gov.br

Quem participa da COM-VIDA?

A COM-VIDA faz parte da comunidade escolar. Todas as pessoas e organizações envolvidas com o tema na escola podem participar: estudantes, professores e funcionários que atuam em todas as áreas da escola, pessoas da comunidade, como pais, mães, avós, vizinhos... Além delas, a escola pode convidar outras pessoas e organizações comprometidas com o meio ambiente. A melhor forma de participar é tomar a iniciativa e reunir pessoas em torno desse movimento por um mundo melhor.

Como formar a COM-VIDA na escola?

A COM-VIDA começa reunindo quem se interessa pelo tema da sustentabilidade e Meio Ambiente na Escola, participa de projetos e ações a partir do meio ambiente na escola e outras pessoas que se gostam e podem apoiar as ações ligadas a esse tema. É interessante convidar organizações já existentes na escola, como Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar para verificar se existem outras ações acontecendo e unir forças para as próximas.

Participar

Participar quer dizer compartilhar opiniões, informações e poder para sermos mais livres e atuantes, enfim... mais felizes. Participar é importante para termos a chance de, juntos, transformar a realidade. Se estivermos descontentes com algo, podemos propor soluções. Se estivermos satisfeitos com alguma coisa, podemos divulgar e contribuir para que outras pessoas aprendam com nossas experiências.

Organizar e divulgar

Um grupo de estudantes organiza e divulga a primeira reunião com o apoio dos professores. Isso pode ser feito por meio de boletins, avisos em murais, rádio, alto-falante e de tudo o que a imaginação criar.

É apenas um “pontapé” inicial para começar a criar a COM-VIDA na escola. Uma vez iniciado esse processo, outras pessoas podem se inserir e participar.

Fazer um Acordo de Convivência

O objetivo da primeira reunião é debater e aprovar a COM-VIDA. Para isso há uma sugestão de acordo de convivência em anexo. Os objetivos específicos da COM-VIDA na escola, a forma de organização, a definição dos participantes e das datas para as atividades serão discutidos nessa reunião. Para facilitar a conversa, os participantes podem ser divididos em grupos e tentar responder a algumas perguntas. Por exemplo, para definir os objetivos específicos da COM-VIDA a pergunta pode ser:

• Para que serve a COM-VIDA na nossa escola?

Em cada grupo, as pessoas escrevem na lousa ou no papel as suas ideias sobre o que esperam da COM-VIDA. Depois, debatem essas ideias até chegarem a uma frase curta que mostre o objetivo do grupo. Este é o momento de negociar o sonho de todos, por meio de debates, e de colocar no papel as ideias que surgirem. Essas ideias serão os objetivos específicos da COM-VIDA na escola. Os objetivos ajudarão a não perder o rumo e ficarão registrados no Acordo de Convivência.

Essa mesma forma de agir pode ser usada para preencher as outras partes do **Acordo de Convivência**. Outras perguntas podem orientar os debates:

- Como deve ser organizada a COM-VIDA?
- Quais são os acordos para a entrada e saída das pessoas na COM-VIDA?
- Quais são as responsabilidades e a forma de funcionamento da COM-VIDA?
- Como o trabalho será repartido entre os participantes?

Veja documento em anexo na página 35.

Acordo de Convivência

É um conjunto de entendimentos feitos entre as pessoas para facilitar o funcionamento da COM-VIDA. Uma vez que todos ajudam a construir e concordam, tornam-se responsáveis por cumprir este acordo.

O Acordo de Convivência pode ser detalhado, procurando cobrir todas as situações que o grupo possa viver. Ou pode ser resumido, deixando para mais tarde como serão resolvidos os problemas que surgirem da própria convivência dentro da Comissão.

IMPORTANTE: As decisões de todas as reuniões precisam ser registradas e assinadas pelos participantes. O registro é importante para documentar a história do grupo e servir como memória.

Fazer planos e agir

Só tem sentido criar a COM-VIDA se for para modificar para melhor o dia a dia da escola e da comunidade.

Para isso acontecer é preciso muita dedicação, estudo, planejamento e principalmente vontade de pôr a mão na massa.

Parte II

Construindo a Agenda 21 na Escola



Para compreender a Agenda 21

Agenda 21 Global é um programa de ação que 179 países assumiram para cuidar do planeta. Ela tem 40 capítulos, que mexem com tudo, do ar ao mar, da floresta aos desertos; propõe estabelecer uma nova relação entre países ricos e pobres.

Na Agenda 21, como em qualquer agenda, estão marcados os compromissos da humanidade com o Século XXI, para garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando o ser humano e o seu ambiente. Além desse compromisso global, os países participantes da Conferência Rio-92 decidiram criar Agendas 21 nacionais e propor que todos os municípios, bairros e comunidades realizassem Agendas 21 Locais.

Agenda 21 Brasileira

Depois da Rio-92 cada país teve como tarefa elaborar a sua Agenda 21. No Brasil este processo começou com a criação, em 1997, da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira – CPDS. A comissão, seguindo as orientações da Agenda 21 Global, envolveu 40 mil pessoas no país todo e concluiu a Agenda 21 Brasileira em 2002.

Ela tem 21 objetivos (ver anexo) que buscam tornar o nosso país um exemplo de proteção da natureza, fortalecendo a economia e a justiça social.

Agenda 21 Local

Qualquer grupo ou comunidade pode organizar a sua própria Agenda 21 local para desenvolver um processo de planejamento local, sempre em parceria entre o governo e sociedade.

Na Agenda 21 local são sempre bem-vindos pessoas e grupos que queiram cooperar, discutindo, reformando e propondo ações que transformem a realidade atual naquela desejada por todos.

Para saber se o seu município tem Agenda 21 local, acesse: www.mma.gov.br/agenda21 ou entre em contato com a prefeitura, IBAMA, órgãos municipais e estaduais de meio ambiente ou ONGs – Organizações Não-Governamentais.

A COM-VIDA também vai construir a sua Agenda 21, convidando a comunidade escolar (estudantes, funcionários, professores, direção, pais de alunos, vizinhança) para participar. Se em seu município tiver outros grupos trabalhando com a Agenda 21 local, é interessante levar ao conhecimento destes grupos os projetos desenvolvidos pela escola para que a discussão seja mais ampla e permita integrar diferentes propostas.

Agenda 21 na Escola

No nosso caso, a Agenda 21 é um instrumento para a COM-VIDA planejar suas atividades, fazer projetos coletivos que possam realmente transformar a realidade, aumentar seu diálogo com a comunidade de seu município, e se ligar em uma proposta de Agenda global. Como existem inúmeras maneiras e metodologias de se construir projetos conjuntos, trazemos aqui a proposta da Oficina de Futuro, que, além de divertida e fácil, pode ser útil em outras situações que pedem a criação conjunta de um projeto.

Oficina de Futuro¹: construindo projetos coletivos

No dicionário, oficina significa “um lugar onde ocorrem grandes transformações”. A Oficina de Futuro consiste em uma série de passos ou etapas para a construção de projetos coletivos, com duração que pode variar de acordo com o ritmo e o aprofundamento que o grupo deseje.

1. Metodologia criada pela ONG Instituto ECOAR para a Cidadania. (www.ecoar.org.br)

Etapas da Oficina de Futuro

Árvore dos Sonhos

Para realizar algo de valor é preciso ter espaço para sonhar. Durante a Rio-92 foi construída uma imensa árvore na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Nesse local, onde era realizada a conferência da sociedade civil, as pessoas escreviam em folhas de papel seus sonhos de um futuro digno para a humanidade e penduravam nessa árvore.

Para criar conjuntamente os objetivos do grupo, podemos seguir a mesma ideia, construindo a Árvore dos Sonhos. Uma árvore grande pode ser desenhada na lousa ou recortada em papéis. As pessoas devem se reunir em pequenos grupos para responder a uma pergunta:

- **Como é a escola dos nossos sonhos?**

Outra pergunta que podem responder:

- **Como é a comunidade dos nossos sonhos?**

Cada grupo escreve os seus sonhos num papel em forma de folha e coloca na Árvore dos Sonhos. A negociação coletiva vai mostrar que há muitos sonhos parecidos entre as pessoas e que, por serem sonhados juntos, eles podem se tornar realidade. Estes sonhos agrupados são os objetivos do grupo, como dizia o poeta Raul Seixas: “sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade”. Portanto, se muitos estiverem sonhando juntos, a chance de transformar a realidade é bem maior. Que tal começarmos?

As Pedras no Caminho

Falar das pedras no caminho serve para a turma desabafar e pensar nas dificuldades que terá de enfrentar para chegar aos sonhos.

Um grande caminho de pedras pode ser desenhado na lousa, no chão ou sobre um papel. Novamente os participantes são divididos em pequenos grupos para facilitar a conversa e respondem à pergunta:

- **Quais são os problemas que dificultam alcançarmos nossos sonhos?**

Cada grupo debate, escolhe e escreve um problema sobre uma das “pedras” desenhadas. Depois de examinarem todas as dificuldades, os participantes da oficina escolhem quais desejam ver resolvidas em primeiro, em segundo e em terceiro lugar e assim por diante.

Sabemos que a realidade é complexa e que muitos são os desafios para se construir um futuro melhor. Por outro lado, são estes desafios que dão mais motivação para a nossa atuação na COM-VIDA e deixam claro que somente em conjunto, com cooperação e solidariedade, será possível transformar nossa escola, nosso bairro e nosso planeta.

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida das minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei de que no meio do
caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Poema de Carlos Drummond de Andrade

Jornal Mural: viagem ao passado e ao presente

Todos os problemas e dificuldades têm uma razão de existir. Por isso, o terceiro passo da Oficina de Futuro consiste em reunir informações, para conhecer a história da nossa escola e da nossa comunidade.

- Como esses problemas surgiram?
- Como era a escola e a comunidade antes?

As pessoas mais velhas podem contar como as coisas eram antigamente. Coletar fotos, desenhos, filmes e outras informações sobre o passado ajuda a compor essa memória. Mas é preciso também conhecer a situação atual. Novamente, vale a pena reunir todo tipo de informação e de documentos pensando em responder à pergunta:

- Que experiências interessantes já aconteceram por aqui?

Para se conhecer a situação atual, é preciso construir um diagnóstico considerando:

- Como está a situação social, ambiental, econômica, cultural e política da comunidade onde está a escola?
- O que a escola tem feito para melhorar essa realidade?
- Será que existem outros projetos sociais, ambientais ou culturais acontecendo na escola? A comunidade participa deles?
- Onde se pode conseguir informações mais atuais sobre a situação da escola e comunidade? Será que a prefeitura ou a Câmara de Vereadores tem condições de nos informar?

Algumas informações podem ser encontradas em ONGs, em empresas, universidades, rádios, jornais, TVs.

Toda a documentação coletada pode virar um Jornal Mural da COM-VIDA na Escola. O jornal mural vai facilitar a divulgação e a compreensão da situação local.

Jornal Mural

Um atraente jornal mural pode ser afixado em painéis na parede do pátio ou do corredor da escola, com as matérias coladas. É importante colocar no jornal diferentes informações, como dados, fotos, matérias, depoimentos, desenhos, e quantas mais a criatividade deixar.

Lembre-se que o Jornal Mural é dinâmico e, portanto, precisa ser atualizado com frequência.

COM-VIDA para a ação

Agora é preciso organizar as atividades e preparar um plano de ação. Esta parte vai ajudar o grupo a tomar uma atitude para transformar a sua situação atual e realizar os sonhos. Para isso, é preciso responder a novas perguntas:

- Quais ações devem ser realizadas?
- O que será necessário para realizá-las?
- Quando cada ação será realizada?
- Quem se responsabiliza por elas?
- Como avaliar se o grupo conseguiu realizar o que planejou?
- Como divulgar as ações realizadas?

PLANO DE AÇÃO

Ação	<i>Significa aquilo que deve ser feito para alcançar um objetivo</i>
Materiais e custos	<i>É preciso lembrar de todo material e mão de obra necessários para realizar determinada ação. Cada produto e serviço têm um custo.</i>
Prazo	<i>Até quando cada ação deve ser realizada? Quais os prazos para realizar cada ação?</i>
Responsáveis	<i>Quem faz o quê? É preciso que cada grupo ou pessoa se responsabilize por uma ou mais ações.</i>
Como avaliar	<i>O grupo escolhe coisas que possam ser avaliadas e que indiquem se está conseguindo ou não realizar a ação.</i>
Divulgação das ações	<i>As ações realizadas podem ser divulgadas na escola e na comunidade por meio de apresentações, jornais murais, programas de rádios comunitárias, panfletos, TVs e eventos como atividades culturais.</i>

Um plano de ação é como um mapa de orientação. Ele às vezes pode demorar para ser construído, mas se for cuidadoso e completo pode evitar muita dor de cabeça. Afinal planejar é nada mais do que pensar antes de agir. Vale lembrar que os planos existem para serem executados. Portanto, é importante acompanhar e avaliar a realização de todos os passos, perguntando sempre se os sonhos da Árvore dos Sonhos estão sendo alcançados.

Que tal monitorar e avaliar?

Monitorar. Durante o projeto, é importante a equipe responsável acompanhar o andamento das ações para corrigir rumos e adequar materiais e prazos em função do alcance dos objetivos.

- O plano de ação está sendo cumprido? Por quê?

Avaliar. Ao longo do projeto e depois de finalizado, temos que verificar se as nossas ações ajudaram a resolver os problemas identificados e causaram os impactos que desejamos. Para isso precisamos de indicadores que funcionam como “termômetros” para que possamos medir e depois comparar os resultados. Por exemplo, podemos considerar como indicadores a quantidade de lixo produzido na escola ou o número de pessoas da comunidade escolar participando de ações ambientais.

- Qual era a situação antes do projeto?
- Como está a situação durante o projeto?
- Qual é a situação depois do projeto?

Dicas de Instrumentos

Para o Monitoramento

- Depois de cada atividade, fazer uma rodada com os participantes respondendo a três questões:
 - Que bom que... Que pena que... Que tal se...

Para a Avaliação

- Realizar entrevistas com as pessoas e com os parceiros que se envolveram no projeto.
- Aplicar questionários antes e depois do projeto para comparar os resultados ao longo do tempo. Podemos até aproveitar os dados que já existem, como os formulários do Censo Escolar.

Por fim, vale lembrar que quanto mais dados e informações a COM-VIDA tiver, mais fácil será a avaliação. Uma coisa é fazer uma avaliação a partir de informações da nossa cabeça, outra coisa é ter em mãos, além do plano de ação traçado, informações e registros de ações já realizadas.

Amizades e parcerias

Com parcerias – dentro e fora da escola – aumentam as chances da Agenda 21 na Escola dar certo. Afinal, vários dos problemas para os quais a COM-VIDA pretende buscar solução não são apenas assunto da escola. Por isso, o trabalho em equipe é fundamental! Diversas cabeças pensando num mesmo problema têm mais chances de alcançar melhores soluções. Daí a importância de:

- Conhecer e apoiar as diversas experiências existentes na escola e na comunidade;
- Descobrir se já existe um Fórum da Agenda 21 local;
- Divulgar as ações da COM-VIDA, utilizando os meios de comunicação disponíveis;
- Fazer parcerias com outras escolas, entidades da sociedade civil, poder público – como prefeitura, secretarias (especialmente de educação e de meio ambiente), estabelecimentos comerciais, empresas, indústrias. Lembrando que os nomes dos parceiros devem ser divulgados nas ações;
- Todos podem trabalhar junto na COM-VIDA, sendo corresponsáveis nessa caminhada, em igualdade de condições e de representação. Isso vale especialmente para a juventude, que deve ser ouvida e participar das decisões aqui e agora.

Assim a COM-VIDA tecerá sua rede de relações.

Uma COM-VIDA pode contar para outra como estão suas ações, por meio de diversas formas de comunicação, como reuniões, encontros, cartas, jornais, grupos de discussão na internet. Que tal juntar-se a outras escolas e formar uma rede de COM-VIDAS?

Redes

Redes são espaços de participação em que todos são iguais. Pessoas e instituições podem se organizar em redes para trocarem informações, se comunicarem, planejarem projetos, entre outras atividades. Elas não têm chefe e nem dono e todos podem entrar ou sair quando quiserem.

Responsabilidade

A palavra responsabilidade vem do latim respondere, isto é, responder, assumir um compromisso ou dar garantia. Cada pessoa pode assumir as consequências de seus atos: são as responsabilidades individuais. Podemos também pensar em responsabilidades de grupos de pessoas, como dos políticos, dos jornalistas, dos professores, dos empresários – chamadas de responsabilidades coletivas.

De qualquer maneira, é importante reconhecermos que a responsabilidade de cada pessoa, de cada comunidade ou de cada grupo é proporcional ao acesso à informação e ao poder de cada um. Quanto mais conhecimento ou poder alguém tem, tanto maior deve ser o seu compromisso com o bem-estar da sociedade. Essas ideias foram baseadas na Carta das Responsabilidades Humanas (www.carta-responsabilidades-humanas.net).



Bibliografia

BOSCH, E.R.V.D. *Caderno de propostas: métodos e atitudes para facilitar reuniões participativas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ Ildes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. *Manual Orientador para Coletivos Jovens de Meio Ambiente*. 2 ed. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. *Passo a passo para a conferência na escola: vivendo a diversidade na escola*. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Programa Parâmetros em ação: meio ambiente na escola*. Brasília: SEF, 2001.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente e da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente*. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na escola*. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 21. *Construindo a Agenda 21 local*. 2 ed. Brasília: SDS, 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 21. *Passo a passo da Agenda 21 local*. Brasília: SDS, 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3 ed. Brasília, 2005

CARTA DAS RESPONSABILIDADES HUMANAS. Disponível em: <<http://www.carta-responsabilidades-humanas.net>>. Acesso em: setembro de 2006

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. Carta da Terra. 2000. Disponível em: <http://www.earthcharter.org/files/charter/charter_po.pdf>. Acesso em: setembro de 2006.

CORNELL, J. *Alegria de aprender com a natureza*. São Paulo: Senac/ Melhoramentos, 1997.

DIETZ, L.A.; TAMAIO, I. *Aprenda fazendo: apoio aos processos de educação ambiental*. Brasília: WWF-Brasil, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA. *Agenda 21 do pedaço*. São Paulo, 2001.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Grêmio em forma*. Rio de Janeiro, 2003.

MARTINHO, C. *Redes*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

VIEZZER, M.; OVALLES, O. *Manual latino-americano de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1994.

Parte III

Anexos



Acordo de Convivência da COM-VIDA²

Definição e Objetivo Geral

A COM-VIDA é uma organização na escola que tem por objetivo geral desenvolver e acompanhar a Educação Ambiental de forma permanente e continuada, envolvendo a comunidade.

Objetivos Específicos

- Construir a Agenda 21 na Escola;
- Organizar a Conferência de Meio Ambiente na Escola;
- Promover intercâmbios com outras COM-VIDAS das escolas de seu município, região ou estado.

Quais são os objetivos na nossa escola?

Composição

A COM-VIDA é composta por estudantes, professores, funcionários e membros da comunidade que participaram

da Conferência de Meio Ambiente na Escola e outros convidados interessados no tema.

Quem deve fazer parte na nossa escola/comunidade?

Formas de Organização

Para garantir seu funcionamento, a COM-VIDA se organiza com um Núcleo Mobilizador. O Núcleo Mobilizador coordena e orienta a execução das atividades. É composto por 04 (quatro) pessoas que fazem parte da COM-VIDA³, sendo:

- 02 (dois) estudantes – delegado ou delegada e suplente eleitos na Conferência de Meio Ambiente na Escola⁴;
- 01 (um) professor ou funcionário escolhido pela COM-VIDA;
- 01 (um) membro da comunidade escolhido pela COM-VIDA.

Nesse núcleo, o delegado ou a delegada e o suplente deverão exercer a função de facilitadores.

A COM-VIDA terá vigência de dois anos, mudando a cada Conferência de Meio Ambiente na Escola.

² Esta é uma proposta de Acordo de Convivência. A partir desta sugestão geral, cada escola poderá discutir e detalhar objetivos específicos, funções e atividades da sua COM-VIDA.

³ Cada escola precisa definir o número de participantes do Núcleo e a composição da COM-VIDA de acordo com sua realidade.

⁴ Nos casos em que o/a delegado/a ou suplente não sejam mais alunos da escola, pode-se fazer um processo especial para escolher quem vai atuar no Núcleo Mobilizador da COM-VIDA.

Como está organizada a COM-VIDA na escola?

Responsabilidades e forma de funcionamento

É responsabilidade da COM-VIDA cumprir com os objetivos definidos coletivamente.

A COM-VIDA se reunirá de acordo com as datas definidas ou, extraordinariamente, quando necessário.

É responsabilidade do Núcleo Mobilizador:

- Convidar, organizar e coordenar os participantes da COM-VIDA;
- Zelar pelo cumprimento de todas as atividades planejadas;
- Divulgar as atividades, os resultados e as conquistas na comunidade escolar;
- Facilitar a comunicação entre os membros da COM-VIDA;
- Promover a interação com Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida de outras escolas;
- Dialogar com experiências já existentes na escola e na comunidade, interagindo, para isso, com a direção escolar, o Grêmio, o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres, entre outras;

- Buscar parcerias para viabilizar as atividades;
- Fazer o registro de suas atividades.

O Núcleo Mobilizador se reunirá regularmente durante o ano letivo a cada 15 dias, ou quando necessário⁵.

A escola providenciará infra-estrutura para facilitar as atividades da COM-VIDA: espaço para reuniões, horário para utilização de equipamentos, arquivos, materiais etc.

Qual é a forma de funcionamento da COM-VIDA?

Esse acordo de convivência é reconhecido e apoiado pela direção escolar.

Data ____/____/____

Escola _____

Município _____ UF _____

Assinatura da
Direção da Escola

Assinatura de representante
do Núcleo Mobilizador

⁵ Cada escola precisa definir a periodicidade das reuniões de acordo com sua realidade.

Principais organizações na escola

Grêmio Estudantil – É a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. Possui autonomia, ou seja, seu funcionamento independe da vontade da direção da escola e sua diretoria é eleita pelos estudantes.

O Grêmio permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. Em vez de competir com o Grêmio, a COM-VIDA pode se tornar uma importante aliada do Grêmio na mobilização da juventude.

Associação de Pais e Mestres (APM) – Tem como objetivo contribuir com o processo educacional e a integração família-escola-comunidade. Parcerias com a APM podem ser úteis na mobilização de recursos e na identificação de ações necessárias.

Conselho de Escola – Este é o maior órgão de decisão da escola. É composto por professores, pais, alunos, especialistas e funcionários, eleitos no início do ano. A COM-VIDA precisa dialogar com este conselho e definir uma pauta de assuntos comuns.

Leis e diretrizes que reforçam a existência da COM-VIDA

Leis são acordos coletivos criados pela sociedade e instituídos pelo poder legislativo (Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e Congresso Nacional) para manter a ordem e o desenvolvimento da sociedade. Existem muitas leis, mas as criadas pela pressão popular são aquelas que, de fato, permanecem.

A Constituição Federal é um exemplo disso. Vamos conhecer um de seus artigos que trata da defesa do meio ambiente.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Constituição Federal de 1988, Art. 225.

Além da Constituição, outras leis encorajam iniciativas como a da criação da COM-VIDA:

- **A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795/99)**, estabelece os princípios e os objetivos da Educação Ambiental, regulamenta e formaliza a sua inclusão em todos os níveis de ensino, permeando todas as disciplinas, e em todos os setores da sociedade.
- **A Lei nº 10.172, de 2001**, institui o Plano Nacional de Educação e trata a Educação Ambiental de

forma transversal, ou seja, como tema que deve ser desenvolvido a partir de uma prática educativa integrada, contínua e permanente, conforme proposto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais.

- **O capítulo 25 da Agenda 21** determina que os governos, de acordo com suas estratégias, devem tomar medidas para permitir a participação da juventude nos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente. E o capítulo 36 deste documento reforça o caráter transversal da Educação Ambiental. A Agenda 21 Brasileira recomenda instituir a Agenda 21 da escola e do bairro.
- **A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), e a Lei nº 10.172, de 2001**, estabelecem a criação de processos de integração da sociedade com a escola. Garantem a participação da comunidade na gestão das escolas, a partir de comissões escolares ou órgãos equivalentes. As organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania, deverão ser apoiadas e incentivadas.
- **A Lei nº 7.398, de novembro de 1985**, dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus e assegura aos estudantes o direito de se organizarem em grêmios e de participarem de entidades estudantis. Esse direito também é garantido pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53, inciso IV**.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I – Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças

necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro.

É fundamental que as comunidade planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

II - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.

8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem

os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III - Plano de Ação

As organizações que assinam este tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.

2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio 92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.

4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

5. Incentivar a produção de conhecimentos, políticos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9. Promover a co-responsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.

10. Estimular a apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.

11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

13. Promover relações de parceria e cooperação entre as ONGs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), em nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.

17. Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19. Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

20. Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

IV - Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas, promovidas por ONGs, movimentos sociais e outros.

2. Estimular e criar organizações, grupos de ONGs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

3. Produzir materiais de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, feiras de criatividade popular, correio eletrônico e outros.

4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.

5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.

6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.

8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V - Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.
2. ONGs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.
3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino, como em outros espaços educacionais.
4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.
5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.
6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.
7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.
8. Empresários (as) comprometidos (as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.
9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

VI – Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem:

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.
2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de ONGs e movimentos sociais.
3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem e aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental, parte de treinamentos de pessoal e para comunidade em geral.
4. Incentivar as agências financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.
5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das ONGs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

A Carta da Terra

Preâmbulo

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalida-

de, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

Princípios

I. Respeitar e Cuidar da Comunidade da Vida

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

a. Reconhecer que todos os seres são interligados e

cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a. Assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e

instituições que apóiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. Integridade Ecológica

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados.

d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.

b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.

d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.

e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.

c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.

e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomenta a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.

f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.

b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.

c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. Justiça Social e Econômica

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.

c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.

b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.

c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.

d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assis-

tência de saúde e às oportunidades econômicas.

a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.

b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.

c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

a. Eliminar a discriminação em todas as suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.

b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.

d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV. Democracia, Não Violência e Paz

13. Fortalecer as instituições democráticas em to-

dos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusive na tomada de decisões, e acesso à justiça.

a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.

b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.

d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim

como das ciências, na educação para sustentabilidade.

c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.

b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e

outras armas de destruição em massa.

e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.

f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O Caminho Adiante

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo.

Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais - Deliberações da III Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Somos jovens estudantes de diferentes regiões do Brasil na III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Pequenos guerreiros da paz com o mesmo propósito e o mesmo desejo: cuidar do Brasil, mobilizando a população brasileira sobre as mudanças ambientais globais.

Reconhecemos o panorama ambiental nacional e nos comprometemos a lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais. Para isso, junto com milhares de escolas e comunidades em todo o país, assumimos as seguintes responsabilidades:

1. Preservaremos as nascentes e margens dos rios, protegendo as matas ciliares existentes e recuperando as que estão degradadas.
2. Praticaremos e promoveremos os 5"R": refletiremos sobre os processos de produção desde a matéria prima até a distribuição e o descarte; recusaremos produtos que cau-

sem danos ao meio ambiente e à nossa saúde; reduziremos o consumo e a geração de lixo; reutilizaremos, sempre que possível e reciclaremos, quando necessário.

3. Sensibilizaremos e estimularemos as escolas e comunidades para que economizem energia e utilizem fontes limpas, econômicas, acessíveis e renováveis.

4. Distribuiremos e plantaremos mudas e sementes para arborizar nossas escolas, ruas e comunidades.

5. Diminuiremos o uso de sacolas plásticas e adotaremos as biodegradáveis, reutilizáveis e embalagens retornáveis na nossa comunidade.

6. Junto com a comunidade escolar, denunciaremos as queimadas, as irregularidades do lixo urbano e qualquer ação que degrade o meio ambiente, propondo, quando necessário, ações corretivas aos órgãos competentes.

7. Somaremos esforços e experiências, repensaremos os modos de utilização da água e desenvolveremos novos valores e atitudes sustentáveis no cotidiano.

8. Mostraremos à comunidade a importância de reduzir os transportes poluentes, incentivaremos e cobraremos o investimento do governo em transporte público ecológico, assim minimizando a emissão de gases que intensificam o aquecimento global.

9. Disseminaremos conhecimentos para que os estudantes

e a comunidade protejam e conservem o planeta, sensibilizando-os sobre as consequências do aquecimento global e sobre as possíveis soluções.

Nós, jovens brasileiros estamos unidos e contribuindo para cuidar do planeta. Esse é o nosso compromisso. Pedimos o total apoio da sociedade brasileira: autoridades, poder público, movimentos sociais, ONGs, escolas e comunidades para que essas responsabilidades sejam cumpridas.

Vamos cuidar do Brasil? Junte-se a nós!

Luziânia/GO, abril de 2009

Plataforma das ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira

A economia da poupança na sociedade do conhecimento

- Objetivo 1: Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício
- Objetivo 2: Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas
- Objetivo 3: Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional
- Objetivo 4: Energia renovável e a biomassa
- Objetivo 5: Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável

Inclusão social para uma sociedade solidária

- Objetivo 6: Educação permanente para o trabalho e a vida
- Objetivo 7: Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS
- Objetivo 8: Inclusão social e distribuição de renda
- Objetivo 9: Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde

Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural

- Objetivo 10: Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana
- Objetivo 11: Desenvolvimento sustentável do Brasil rural
- Objetivo 12: Promoção da agricultura sustentável
- Objetivo 13: Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável
- Objetivo 14: Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável

Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas

- Objetivo 15: Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas
- Objetivo 16: Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade

Governança e ética para a promoção da sustentabilidade

- Objetivo 17: Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local
- Objetivo 18: Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos
- Objetivo 19: Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 20: Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação
- Objetivo 21: Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade

Para abrir novas janelas

Sítios na Internet

Educação Ambiental - Ministério da Educação
www.mec.gov.br/secadi

II e III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
conferenciainfanto.mec.gov.br

Agenda 21 – Ministério do Meio Ambiente
www.mma.gov.br/agenda21

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
www.ibama.gov.br

Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente
www.mma.gov.br/educambiental

Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental
www.mma.gov.br/port/sdi/es/sibea/index.cfm

Rede Brasileira de Educação Ambiental
www.rebea.org.br

Carta das Responsabilidades Humanas
www.carta-responsabilidades-humanas.net

Carta da Terra
www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc

Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
www.rejuma.org.br